



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 109

TERÇA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## Sumário

Página

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	8749
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	8773
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	8779
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	8801
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	8814
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO .....	8814

## Supremo Tribunal Federal

### Departamento Judiciário

#### Despachos

##### PROCESSOS DIVERSOS

ADIn 0000602-9/RS MIN. CELIO BORJA  
Repte - GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Adv - GABRIEL PAULI FADEL  
Reqdo - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

##### DESPACHO:

O Tribunal de Justiça, autor da iniciativa da lei impugnada, deve efetivamente - se o quer - figurar entre os requeridos, ou seja, entre as autoridades responsáveis pela edição da norma, desarte chamadas a informar. Peçam-se-lhe pois, desde logo, informações, que serão presentes ao PGR, com quem se encontram os autos. Complete-se oportunamente a autuação, e junte-se no devido tempo, este pedido aos autos.

STF, 03/06/92.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

##### CONCESSÃO DE EXEQUATUR

O Ministro SYDNEY SANCHES, Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos do que dispõem o artigo 102, I, h, da Constituição, e os artigos 13, IX, e 225, estes do Regimento Interno da mesma Corte, e considerando o parecer favorável da Procuradoria Geral da República:

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6.053-0/080, proveniente dos Estados Unidos da América - Justiça Rogante: Juízo Federal dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para inquirição de Luís Carlos Kuzolitz.

Brasília, 03 de maio de 1992

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6080-7/080, proveniente dos Estados Unidos da América - Justiça Rogante: Juízo Federal dos Estados Unidos da América - Distrito Sul de Nova York - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para

inquirição de Nilo Alberto Monteiro Carvalho, bem como para o cumprimento das diligências especificadas às fls. 07 e 08 dos referidos autos.

Brasília, 03 de junho de 1992

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6081-5/080, proveniente dos Estados Unidos da América - Justiça Rogante: Juízo Federal dos Estados Unidos da América - Distrito Sul de Nova York - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para inquirição de Aldari Gomes Vieira, bem como para o cumprimento das diligências especificadas às fls. 07 e 08 dos referidos autos.

Brasília, 03 de junho de 1992

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6082-3/080, proveniente dos Estados Unidos da América - Justiça Rogante: Juízo Federal dos Estados Unidos da América - Distrito Sul de Nova York - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para inquirição de Sydney Augusto d'Oliveira, bem como para o cumprimento das diligências especificadas às fls. 07 e 08 dos referidos autos.

Brasília, 03 de junho de 1992

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6083-1/080, proveniente dos Estados Unidos da América - Justiça Rogante: Juízo Federal dos Estados Unidos da América - Distrito Sul de Nova York - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para inquirição de Carlos Figueiredo, bem como para o cumprimento das diligências especificadas às fls. 07 e 08 dos referidos autos.

Brasília, 03 de junho de 1992

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6084-0/080, proveniente dos Estados Unidos da América - Justiça Rogante: Juízo Federal dos Estados Unidos da América - Distrito Sul de Nova York - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para inquirição de Cândido Cotta Pacheco, bem como para o cumprimento das diligências especificadas às fls. 07 e 08 dos referidos autos.

Brasília, 03 de junho de 1992

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6085-8/080, proveniente dos Estados Unidos da América - Justiça Rogante: Juízo Federal dos Estados Unidos da América - Distrito Sul de Nova York - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para inquirição de Luis Augusto Arouche, bem como para o cumprimento das diligências especificadas às fls. 07 e 08 dos referidos autos.

Brasília, 03 de junho de 1992

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6086-6/080, proveniente dos Estados Unidos da América - Justiça Rogante: Juízo Federal dos Estados Unidos da América - Distrito Sul de Nova York - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para inquirição de Raimundo Nonato Pereira, bem como para o cumprimento das diligências especificadas às fls. 06 e 07 dos referidos autos.

Brasília, 03 de junho de 1992

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6087-4/080, proveniente dos Estados Unidos da América - Justiça Rogante: Juízo Federal dos Estados Unidos da América - Distrito Sul de Nova York - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para inquirição de Emerson Almeida Ferreira, bem como para o

### USUÁRIO

A Imprensa Nacional está engajada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, implantado pelo Governo Federal.

Dê sua sugestão para que possamos oferecer-lhe um melhor serviço.

Imprensa Nacional — Divisão Comercial — SIG — Quadra 06, Lote 800  
Brasília — DF — CEP: 70604-900



cumprimento das diligências especificadas às fls. 07 e 08 dos referidos autos.

Brasília, 03 de junho de 1992

INQUÉRITU  
INQ. NR. 674-2/143 - MT  
DISTRIBUIDO 02/06/92 RELATOR MIN. MARCO AURELIO

AUTOR MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
INDIC. JTAI BATISTA TEIXEIRA SANTOS

#### DESPACHO:

1. Ao Procurador-Geral da República.
2. Publique-se.

Brasília, 04/06/92.

Ministro MARCO AURELIO  
Relator

#### MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 390-4 DISTRITO FEDERAL

Impetes.: Sindilegis - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Adv.: Jorge Alberto Pilar Bandarra) - Impdo.: Presidente da República.

**DESPACHO** - Trata-se de mandado de injunção coletivo impetrado contra o Presidente da República, por ausência de iniciativa - que lhe compete com exclusividade - para a edição da lei a que se refere o par. 2º do art. 40 da Constituição Federal.

A questão do cabimento do mandado de injunção coletivo e da legitimidade ativa para a sua impetração não foi ainda definida no âmbito desta Corte.

Por essa razão - e até mesmo para ensejar uma ampla análise do tema, que constitui objeto de dissenso doutrinário (J.J. CALMON DE PASSOS, "Mandado de Segurança Coletivo, Mandado de Injunção e Habeas Data", p. 117, 1989, Forense; MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO, "Mandado de Injunção e Direitos Sociais", in LTR 53-3/325; LUIZ FLÁVIO GOMES, "Anotações sobre o Mandado de Injunção", in RT 647/41; CARLOS ARI SUNDFELD, "Mandado de Injunção", in RDP, vol. 94/149; ADRIANA DE SOVERAL, "Mandado de Injunção", in Rev. PGESP, vol. 32/127; WANDER PAULO MAROTTA MOREIRA, "Notas sobre o Mandado de Injunção", in Revista Jurídica Mineira, vol. 59/35; JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "Mandado de Injunção", in Rev. de Processo, vol. 56/118; HÉLIO TORNAGHI, "O Mandado de Injunção", in Rev. de Processo, vol. 56/45; JOSÉ AFONSO DA SILVA, "Mandado de Injunção e Habeas Data", p. 31/32, 1989, RT; MARCELO FIGUEIREDO, "O Mandado de Injunção e a Inconstitucionalidade por omissão", p. 72, 1991, RT; entre outros) -, reservo-me para apreciar a matéria oportunamente, quando do julgamento da causa.

Requisitem-se informações ao Sr. Presidente da República.

Publique-se.

Brasília, 04 de junho de 1992.

Ministro CELSO DE MELLO  
Relator



#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN  
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604-900 - Brasília/DF  
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046  
Telex: (061) 1356  
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Coordenador de Produção Industrial

#### DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
Editores

**Publicações:** os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

**Assinaturas:** as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

#### Diário Oficial

#### Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral .....	Cr\$ 92.000,00	Cr\$ 23.400,00	Cr\$ 83.600,00	Cr\$ 93.300,00	Cr\$ 147.700,00
Portes:					
Superfície .....	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 23.760,00	Cr\$ 42.240,00	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 87.120,00
Aéreo .....	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 62.700,00	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 229.020,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM  
Telefone: (061)226-6812  
Horário: 7:30 às 19:00 horas

#### PETICAO

PET. NR. 601-1/170 - SP  
DISTRIBUIDO 02/06/92 RELATOR MIN. MARCO AURELIO

REQTE. MJACYR PAGEU DJS SANTOS  
ADV. MJACYR PAGEU DJS SANTOS  
REODO. PRESIDENTE DA REPUBLICA

#### DESPACHO:

1. Ao Procurador-Geral da República.
2. Publique-se.

Brasília, 04/06/92.

Ministro MARCO AURELIO  
Relator

#### Sentença Estrangeira nº 4.560-5 - Estados Unidos da América

Requerente: Fernando Macedo da Videira. (Adv.: Eduardo Fernandes de Araújo Filho). Requerida: Esmeralda Ramalhete Videira ou Esmeralda Moura Ramalhete.

**Decisão:** - FERNANDO MACEDO DE VIDEIRA, português, residente em Brasília (DF), requer a homologação da sentença proferida pelo Tribunal de Sucessão do Condado de Worcester, em Massachusetts (USA), que dissolveu, por divórcio, o casamento que contraiu com ESMERALDA RAMALHETE VIDEIRA, em 1973, no Brasil.

O requerente apresentou o teor da sentença homologanda, devidamente traduzida por tradutor oficial e com a chancela do representante consular em Nova York (fls. 04/14). A citação foi dispensada, diante da concordância da requerida (fls. 15). A decisão alienígena transitou em julgado (fls. 13), tendo a ilustrada Subprocuradoria-Geral da República opinado pela homologação (fls. 45/46).

Isto posto, nos termos do parecer, homologo a sentença de que se trata.

Publique-se.

Brasília, 02 de junho de 1992.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente

#### Sentença Estrangeira nº 4.581-8 - Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Requerente: Roseli de Souza ou Roseli de Souza Mareco Moreira. (Adv.: Ilda Helena Duarte Rodrigues e outro). Requerido: Elis Ramon Mareco Moreira.

**Decisão:** - Abra-se vista dos autos ao Curador Especial.

Brasília, 02 de junho de 1992.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente

Em consequência fica aberta vista ao Dr. Sérgio Gonzaga Dutra, Curador Especial.

#### Sentença Estrangeira nº 4.624-5 - Estados Unidos da América

Requerente: Vera Lúcia Bulcão Harding, Vera Lúcia Soares Bulcão. (Adv.: José Pequeno de Arraes Alencar). Requerido: Philip Raymond Harding.

**Decisão:** - Concedo mais trinta dias de prazo, para que a requerente forneça o endereço do requerido, a fim de ser procedida sua citação.

Brasília, 02 de junho de 1992.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente

#### Sentença Estrangeira nº 4.638-5 - República Federal da Alemanha

Requerente: Mirosław Ciszak. (Adv.: Luiz Henrique Teixeira Cotrim e outro). Requerido: Christine Rochon.

**Decisão:** - Para Curador Especial nomeio o Dr. SÉRGIO GONZAGA DUTRA, a quem se abrirá vista dos autos.

Brasília, 02 de junho de 1992.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente

Em consequência fica aberta vista ao Dr. Sérgio Gonzaga Dutra, Curador Especial.

#### Sentença Estrangeira nº 4.659-8 - Comunidade da Austrália

Requerente: Henrique Luiz Jenne. (Adv.: Carlos Eduardo Cruz de Souza Lemos e outro). Requerida: Janne Carol Jenne ou Janne Carol Wathen.

**Decisão:** - HENRIQUE LUIZ JENNE, brasileiro, residente na Embaixada do Brasil em Cingapura, requer a homologação da sentença proferida pelo Tribunal de Família de Launceston (Austrália) que dissolveu, por divórcio, o casamento que contraiu com JOANE CAROL JENNE, em Chipre, em 09.08.1983.

O requerente apresentou o inteiro teor da sentença homologanda, devidamente traduzida por tradutor oficial no Brasil, e chancelada pelo representante consular brasileiro em Camberra. O trânsito em julgado está certificado a fls. 19. A citação da requerida foi dispensada, diante da concordância manifestada no documento de fls. 32, devidamente



# Superior Tribunal Militar

## Presidência

ATO Nº 9.849, DE 04 DE JUNHO DE 1992

O DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26 do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta da Portaria nº 017/92, da 2ª Aud Mar 1ª CJM, resolve

DESIGNAR MATUSALEM PEREIRA SOBRINHO, Oficial de Justiça Avaliador, classe "B", referência NS-18, da 2ª Aud Mar 1ª CJM, para, em conformidade com o artigo 38, parágrafo 1º e 2º, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, substituir o titular do cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria, código STM-DAS-101.5, no dia 11 MAI 92.

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

## Secretaria do Tribunal Pleno

### Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 071

- APELAÇÃO Nº 46.677-2 - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Aldo Fagundes. Adv. Dr. Alexandre Lobão Rocha.  
- APELAÇÃO Nº 46.655-0 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Paulo Cesar Cataldo. Advs Drs João Bosco Laner e Silvío Paulo Araldi.

# Ministério Público da União

## Ministério Público Federal

## Procuradoria Geral da República

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 04/06/92

899009060-1 AG / 130492  
AUTOR : SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO - SUNAB  
REU : PLANTAO ELETRONICO LTDA

899009695-2 AG / 129527  
AUTOR : ESTADO DO PARANA  
REU : FLORIANO GOLLA

909008280-8 AG / 131409  
AUTOR : CASAS DA BANHA COMERCIO E INDUSTRIA S/A  
REU : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

919000103-6 AG / 131601  
AUTOR : ARNALDO BORDON AIRES CRIADO DOS SANTOS SOEIRO  
REU : DAISY JUTA FERNANDES FURMAN

919000781-6 AG / 126187  
AUTOR : BANCO DO BRASIL S/A  
REU : SYDNEY PEREIRA E CIA

929006066-2 HC / 69342  
AUTOR : LUIZ WAGNER DE SOUZA  
PACTE : LUIZ WAGNER DE SOUZA  
REU : TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAULO

TOTAL DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. : 6

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.J. EM 04/06/92

910001958-5 RESP / 7984-0  
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF  
REU : BRASPA-IND/ COM/ DE MAQUINAS E UTENSILIOS DOMESTICOS LTDA-EM CONCORDATA PREVENTIVA  
INTERES : ADEMIR DEMARCH

910009610-5 CC / 2079-0  
AUTOR : LUIZ CARLOS MEIADO  
REU : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM -DNER  
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-MS  
SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA DE COXIM-MS

910012344-7 CC / 2157-0  
AUTOR : FLORIVAL GOMES DA SILVA  
REU : NAO INDICADO  
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA-ES  
SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PUBLICA DE VITORIA-ES

910014225-5 CC / 2538-0  
AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF  
REU : ALBERTO THIERS FILHO  
SUSCTE : MINISTRO ATHOS CARNEIRO  
SUSCDO : MINISTRO PADUA RIBEIRO

910014727-3 PET / 170-0  
AUTOR : JOSE CARLOS MARTINEZ  
REU : ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA

910015663-9 CC / 2259-0  
AUTOR : ASSOCIACAO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSIONO SUPEIROR-ANDES  
REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
SUSCTE : JUIZO FEDERAL DE SANTA MARIA-RS  
SUSCDO : JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTA MARIA-RS

910019287-2 CC / 2371-0  
AUTOR : RITA MARIA DE LIMA  
REU : MUNICIPIO DE ARCO VERDE  
SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DE ARCO VERDE-PE  
SUSCDO : JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PESQUEIRA-PE

910020644-0 AG / 16499-0  
AUTOR : LAMIL LAMINADOS E COMPENSADOS IRATI LTDA  
REU : LAMIL LAMINADORA MISTURINI LTDA

910021559-7 CC / 2466-0  
AUTOR : FRANCISCO DAS CHAGAS MOURA E SILVA  
REU : INMETRO-INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUALIDADE INDUSTRIAL  
SUSCTE : SEGUNDA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE TERESINA-PI  
SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-PI

910024178-4 CC / 2638-0  
AUTOR : ALBERTO MAURENTE VARGAS  
REU : BE COMERCIO E INDUSTRIA LTDA  
SUSCTE : JUIZO FEDERAL EM RIO GRANDE-RS  
SUSCDO : JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BAGE-RS

920001422-4 RMS / 1494-0  
AUTOR : ANA MARIA DE MEDEIROS FERNANDES  
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PIAUI  
IMPDO : GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUI  
REU : ESTADO DO PIAUI

920001442-9 RHC / 1735-0  
AUTOR : WALTER CAMPOS GUIMARAES  
REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS  
PACTE : WALTER CAMPOS GUIMARES

920001569-7 CC / 2751-0  
AUTOR : JOSE PINTO DE MESQUITA  
REU : UNIAO FEDERAL  
SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DA 7A VARA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-RJ  
SUSCDO : JUIZO FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-RJ

920004770-0 CC / 2825-0  
AUTOR : JUSTICA PUBLICA  
REU : PAULO PEDRO DE LIMA  
SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DE MATA GRANDE-AL  
SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE INAJA-PE

920004835-8 RESP / 19428-0  
AUTOR : LELIO DE TOLEDO PIZA E ALMEIDA FILHO  
REU : KRISTIANE LIGIA BARTAK

920004912-5 AG / 19673-0  
AUTOR : FRANCISCO SALES DOS SANTOS  
REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA

920005154-5 CC / 2833-0  
AUTOR : MARTA APARECIDA FULONE SOARES  
REU : EUVALDO JOSE FERREIRA

920005319-0 AG / 19818-0  
AUTOR : BERNARDINI S/A-IND/ E COM/  
REU : MARIA DE FATIMA DA SILVA

920006260-1 CC / 2903-9  
AUTOR : PEDRO TARCISO ALVES DE MELO  
REU : WANDIR RIBEIRO MELO



se efetuada a complementação do depósito até o valor de Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros). Ocorre que quando da interposição do presente recurso de revista, a reclamada limitou-se a depositar Cr\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil cruzeiros), restando, portanto deserto o apelo, face a orientação contida na Instrução Normativa nº 02/91 do TST.

Deserto o recurso. Denego seguimento ao apelo, com fulcro no disposto no art. 896, § 5º, da CLT.

Publique-se.

Brasília, de maio de 1992.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-47216/92.0  
RECORRENTE: USINA TRAPICHE S/A  
ADVOGADO : DR. JOSÉ ANTONIO CORREA DE ARAÚJO  
RECORRIDO : ALUISIO HERMINIO DA SILVA  
ADVOGADA : DRª MARIA DO R. DE F. VAZ RODRIGUES

D E S P A C H O

Inconformado, com o v. acórdão do Regional da 6ª Região, interpõe o reclamado o presente recurso de revista, com base no art. 896 consolidado, pretendendo a reforma do julgado.

Em análise dos autos, depreende-se que o recurso, ora em exame, foi interposto em 11 de dezembro de 1991, ou seja já na vigência da Lei 8177/91, que alterou os valores até então praticados, para o depósito recursal, expresso no art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Na interposição do recurso ordinário foi efetuado o depósito pela reclamada no valor de Cr\$ 22.000,00 (fl. 16), quando o valor da condenação foi arbitrado em Cr\$ 30.000,00 (fl. 08). Assim, não resta dúvida que o recurso de revista somente alcançaria o conhecimento, se efetuada a complementação do depósito até o valor de Cr\$ 840.000,00 conforme fixado pela lei supracitada. Depositado na interposição da revista Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros) (fl. 34), deserto se encontra o apelo ante a orientação contida na Instrução Normativa nº 02/91 do TST.

Dessa forma, com arrimo no parágrafo 5º, do art. 896 consolidado, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, de maio de 1992.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-47254/92.8  
RECORRENTE: CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S/A - CENIBRA  
ADVOGADO :  
RECORRIDO : JOSÉ MARTINS DOS REIS  
ADVOGADO : DR. ALINO DA COSTA MONTEIRO

D E S P A C H O

O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, através de sua 3ª Turma, resolveu rejeitar a preliminar de nulidade da r. sentença, por cerceio de defesa e, no mérito, negou provimento ao recurso, tendo assentado na ementa de fl. 192, in verbis que:

"PRESCRIÇÃO - A partir da Constituição Federal de 1988, é quinquenal a prescrição trabalhista".

A empresa irrisignada recorre de revista às fls. 197/210, no que diz respeito às horas in itinere, argumentando que não é hipótese de se aplicar o Enunciado nº 90 da Súmula deste TST, já que o local de trabalho é de fácil acesso, plenamente servido por transporte regular público em diversos horários e em condições de absorver eventual aumento de demanda e, que a condução utilizada pelos recorridos não lhes era fornecida pelo ora recorrente. Por isso, entende violados os arts. 4º, 458 e 82 da CLT, como também o art. 59 da CLT combinado com o art. 165, VI, da Carta Magna. Transcreve inúmeros arestos a confronto.

Outrossim, insurge-se com a questão relativa a prescrição, a duzindo que qualquer direito trabalhista eventualmente verificado na vigência da Carta Constitucional anterior deve ser estendido prescrito em dois anos, conforme dispunha a legislação então em vigor. Logo, transcreve o aresto de fls. 209/210.

A revista foi admitida através do despacho de fl. 215, não merecendo razões de contrariedades.

Contudo, o recurso subiu sem que o recorrente observasse devidamente o disposto no art. 40 da Lei nº 8117/91, que determina que em se tratando de recurso de revista, cabe à parte depositar Cr\$ 840.000,00 (Oitocentos e quarenta mil cruzeiros), sob pena de deserção.

Observe-se que o recorrente, não depositou o valor total da condenação fixado na JCJ de origem, no caso, Cr\$ 50.000,00, conforme consta a fl. 158. Logo, entendo que o reclamado se obrigou ao depósito recursal que se refere a Lei nº 8117/91.

Face ao exposto, denego seguimento ao recurso, com supedâneo no art. 896, § 5º da CLT.

Publique-se.

Brasília, de maio de 1992.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-47504/92.7  
RECORRENTE: EMPREENDIMENTOS FATOR LTDA - FATOR PALACE HOTEL  
ADVOGADO : DR. IRAPOAN JOSÉ SOARES  
RECORRIDA : MARIA DO SOCORRO NORONHA CLEMENTE MOLITERNO  
ADVOGADO : DR. SEBASTIÃO CASSIANO TORRES

D E S P A C H O

Inconformada com a r. decisão proferida pelo Egrégio 6º Regional, interpõe a reclamada recurso de revista com apoio no art. 896 consolidado.

Em análise dos autos, depreende-se que o recurso, ora em questão foi interposto em 13 de janeiro de 1992, ou seja, já na vigência da Lei 8177/91 que alterou os valores até então praticados para o depósito recursal, expressos no art. 899 da CLT.

Quando da interposição do recurso ordinário foi efetuado depósito pela reclamada no valor de Cr\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil cruzeiros) quando o valor da condenação fora arbitrado em Cr\$ 64.251,00 (Sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e hum cruzeiros). Assim, não resta dúvida que o recurso de revista somente alcançaria o conhecimento, tendo em vista, pressuposto extrínseco, se efetuada a complementação do depósito até o valor de Cr\$ 840.000,00 (Oitocentos e quarenta mil cruzeiros). Ocorre que, quando da interposição do recurso de revista a reclamada limitou-se a depositar Cr\$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil cruzeiros), estando deserto o apelo, diante da orientação contida na Instrução Normativa nº 2/91 do TST.

Deserto o recurso, nego seguimento ao apelo, com apoio no disposto no § 5º do art. 896 da CLT.

Publique-se.

Brasília, de maio de 1992.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-49039/92  
RECORRENTE: ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S/A  
ADVOGADA : DRª. SIMONE KOHLER  
RECORRIDO : JAIRO ANTÔNIO DE MELLO  
ADVOGADO : DR. JOSÉ LÚCIO GLOMB

D E S P A C H O

Inconformada, com o v. acórdão do Egrégio 9º Regional, interpõe a reclamada, recurso de revista com apoio do art. 896 consolidado.

Em análise dos autos, depreende-se que o recurso ora em questão, foi interposto em 21/02/92, ou seja, já na vigência da Lei 8177/91 que alterou os valores até então praticados para o depósito recursal, expressos no art. 899 da CLT.

Quando da interposição do recurso ordinário, foi efetuado depósito pela reclamada no valor de Cr\$ 27.075,00 (Vinte e sete mil e setenta e cinco cruzeiros), quando o valor da condenação fora arbitrado em Cr\$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros). Assim não resta dúvida que o recurso de revista somente alcançaria o conhecimento, tendo em vista pressuposto extrínseco, se efetuada a complementação do depósito até o valor de Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros). Conforme fixado pela lei supracitada. Depositado no recurso de revista Cr\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil cruzeiros), deserto se encontra o apelo diante da orientação contida na Instrução Normativa nº 2/91 do TST.

Deserto o recurso, nego seguimento ao apelo, com apoio no disposto no § 5º do art. 896 da CLT.

Publique-se.

Brasília, de junho de 1992.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-49168/92.9  
RECORRENTE: FEM - FÁBRICA DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A  
ADVOGADO : DR. ARNO DUARTE  
RECORRIDO : WANDERLEY CORREA  
ADVOGADO : DR. DERMOT RODNEY DE F. BARBOSA

D E S P A C H O

Inconformado, com o v. acórdão do Egrégio Regional da 9ª Região, interpõe a reclamada o presente recurso de revista, com base no art. 896 consolidado, pretendendo a reforma do julgado.

Em análise dos autos, depreende-se que o recurso, ora em exame, foi interposto em 17 de fevereiro de 1992, ou seja já na vigência da Lei 8177/91, que alterou os valores até então praticados, para o depósito recursal, expresso no art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Na interposição do recurso ordinário foi efetuado o depósito pela reclamada no valor de Cr\$ 40.000,00 (fl. 94). Quando o valor da condenação foi arbitrado em Cr\$ 80.000,00 (fl. 84). Assim, não resta dúvida que o recurso de revista somente alcançaria o conhecimento se efetuada a complementação até o valor de Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros), conforme fixado pela Lei supracitada. Depositado na interposição da revista Cr\$ 40.000,00 (Quarenta mil cruzeiros) (fl. 97), deserto se encontra o apelo ante a orientação contida na Instrução Normativa nº 02/91 do TST.

Publique-se.

Brasília, de maio de 1992.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

## ATENÇÃO ÓRGÃOS PÚBLICOS

A emissão de EMPENHO ESTIMATIVO a favor da IMPRENSA NACIONAL permite aquisições diretas de nossos produtos, sem necessidade de licitação. Consulte-nos!  
IMPRENSA NACIONAL — Fone (061) 321-5566 — R. 213 e 319